

# **“MARCHANDO COM MUITO GARBO E CORRECÇÃO” A DISCIPLINARIZAÇÃO DE CORPOS NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Laelson Vicente Francisco  
Sandra Vandrea Marcelino Alves  
Azemar dos Santos Soares Junior

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*  
*vicentelaelson@gmail.com*  
*vandreasandra@hotmail.com*  
*azemarsouares@hotmail.com*

## **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo analisar a Companhia de Aprendizes Marinheiro do Rio Grande do Norte na segunda metade do século XIX, mais precisamente nos seus primeiros anos, desde a saída do decreto para sua criação à sua abertura e funcionamento. Este intervalo de tempo compreende os anos de 1872-1879. Apresentamos nesse texto os primeiros resultados da pesquisa de iniciação científica, intitulada: “MARCHANDO COM MUITO GARBO E CORRECÇÃO” A DISCIPLINARIZAÇÃO DE CORPOS NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. Esta instituição escolar foi criada pelo decreto número 5181 de 16 de dezembro de 1872 e teve sua abertura no dia 12 de agosto de 1873. Sua função, durante o seu período de funcionamento, esteve atrelada a disciplinarização de corpos tornando-os obedientes, capacitados e prontos para o exercício militar como marujos. A Companhia tinha como objetivo o recrutamento de menores entre 10 e 17 anos. Passados os anos de estadia na referida Companhia, esses jovens, quando tidos como aptos para o serviço no mar, eram deslocados/submetidos às Companhias de Imperiais Marinheiro na Corte do país. Para realização desta análise nos apropriamos do conceito de disciplina postulados por Michel Foucault (2009) e em outros autores que trabalham com a temática das Companhias de Aprendizes Marinheiros. Metodologicamente, problematizamos as informações contidas nos Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Norte, dos Relatórios do Ministério da Marinha. Conclui-se que a referida Companhia se empenhou em normatizar os corpos infantis preparando-os para o trabalho profissional/militar na Marinha do Brasil.

**Palavras-chave:** Companhia de Aprendizes Marinheiro, disciplinarização de corpos, trabalho profissional/militar.

## **Introdução**

O presente trabalho é parte da pesquisa de iniciação científica, que faz uma análise acerca da *Companhia de Aprendizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XIX.

Nesta primeira parte da pesquisa, problematizamos as propostas da referida Companhia no período compreendido entre os anos 1872-1879. Buscamos alcançar o entendimento acerca do seu funcionamento, seus objetivos, suas práticas e ações no que se refere ao processo educativo que eram aplicados por ela.

Traçamos, de forma sintética, como se encontrava o cenário político do país e como esse cenário acaba levando ao processo de implementação das Companhias nas províncias, sobretudo naquelas que estão dispostas por toda a costa do país, culminando na abertura da *Companhia de Aprendizes Marinheiros* na província do Rio Grande do Norte.

Apresentamos o funcionamento e crescimento, realizando apontamentos e análises conceituais. Também mostramos como a Companhia era administrada, onde funcionava, qual o seu papel na sociedade, apontando para o seu crescimento de forma exponencial, chegando inclusive a ceder seus menores já formados para Companhia de Imperiais Marinheiros.

Buscamos realizar uma análise mais aprofundada alicerçados na teoria de Michel Foucault, trabalhando o pensamento desse autor quanto a disciplinarização de corpos que foram empregadas na *Companhia de Aprendizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte.

### **Efervescência política, "abertura" de diálogos e a força Militar**

A primeira metade do séc. XVIII foi um período que intercorreu a apresentação de ideias para o fortalecimento do poderio humano e bélico das forças armadas, podendo ser identificado, também, como aquele período que culmina exatamente no momento onde se tentava construir os princípios de um "projeto político de nação, mesclando interesses públicos e privados".

Logo, e nesse sentido, o que ocorria dentro deste cenário era, tão somente, a "velha" busca da manutenção da hegemonia das classes mais abastardas: grandes políticos, fazendeiros/ruralistas e empresários. (SANTOS, 2013)

Pensando em como agir de maneira a alcançar os objetivos que estavam talhados no ideário político-nacional, imprime-se o conceito de instituições, mantidas por forças públicas, que pudessem converter o cidadão que ali estivesse, em um cidadão caricato, obediente aos preceitos e ideário/partidário do poder Político-Imperial.

Neste sentido o autor afirma que,

Nesse processo, entender o papel das instituições é fundamental, tanto na formação de um controle efetivo do poder central, como também o lugar privilegiado onde as classes senhorial e comercial compunham as instâncias políticas mesclando redes de sociabilidade, práticas clientelares e poder político, sobretudo como representantes dos poderes locais. Nesse sentido, as instituições militares compunham um espaço de convergência onde funcionava um aparato administrativo-militar, uma vez que se fazia presente, ou se tentou fazer, como um poder coercitivo sobre o território nacional. (SANTOS, 2013, p. 1-2)

Para que houvesse uma *normatização* da estrutura administrativa, onde a Coroa tivesse total domínio político e militar uma vez que "os municípios obedeciam a uma lógica própria

de ação", era preciso conter os diversos atos *rebeldes* que estavam acontecendo nas diversas províncias<sup>1</sup>.

Santos (2013, p. 11) afirma que,

[...] manter a ordem não era somente reelaborar a estrutura administrativa e pôr em prática um plano coercitivo contra crimes e repressão aos levantes, tratava de manter em conformidade as antigas relações de poder, hierarquias, propriedades garantidas ainda na colônia. Cunhada a ordem, o processo civilizatório completava a dimensão do projeto de construção de um Estado.

Seguindo esta lógica, passam a surgir as instituições educativas da Marinha do Brasil. A primeira delas chamada de Companhias Fixas de Marinheiros, que segundo Santos (2013, p. 11),

[...] foram instaladas em navios desarmados que receberiam os novos marujos, oriundos do recrutamento forçado e do voluntariado, ali receberiam instruções e formação necessária para o serviço na Esquadra.

É nesses moldes de pensamento que serão implementadas mas tarde as *Companhia de Aprendizes Marinheiros*, e é justamente esse poder de coerção das forças militares que abordaremos mais adiante nesta discussão.

### **A *Companhia de Aprendizes Marinheiros*: da ideia a prática**

No dia 6 de maio do ano de 1840, no Palácio do Rio de Janeiro, na Sessão Ordinária da Assembléia Geral Legislativa, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, min. Jacinto Roque de Sena Pereira, discursa sobre a proposta que tinha o intuito de realizar mudanças, aprovar metas e fixar um corpo de homens que pudessem servir nas chamadas Forças Navaes.

A proposta, em números, era uma tentativa de outorgar perante as forças governamentais do país, a ideia de aumentar, de 2.500 praças para até, possíveis, 4.500 praças, o contingente de guerra da Marinha do Brasil para o seu exercício nos anos de 1841 e 1842.

É essencialmente no Art. 5.º desta proposta, que o min. Jacinto Roque apresenta a ideia de criação da *Companhia de Aprendizes Marinheiro*, que apontava uma meta de alcance de até 200 "*alunos*" entre 10 e 17 anos, que ao fim dos estudos na referida *Companhia*, o

---

<sup>1</sup>Cabral (2014): Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834.: A disputa entre liberais e conservadores, e o debate em torno da maior autonomia das províncias, ganhou novas cores com a crise política deflagrada pela abdicação de d. Pedro, em 1831. O Ato Adicional deu início a um período de mudanças significativas na arquitetura institucional do Estado ao distinguir as atribuições dos governos central e provinciais, garantindo maior autonomia regional. Mas o período regencial (1831-1840) foi marcado também por revoltas em diferentes províncias, como a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Balaiada (1838-1841) no Maranhão e a Sabinada (1837-1838) na Bahia, além de revoltas escravas como a dos malês, também na Bahia (1835). A instabilidade política decorrente destas revoltas, associada à maior descentralização e ao crescimento do poder local, fez crescer a tese de que somente uma revisão do liberalismo e da experiência federalista iniciada pelo Ato Adicional poderia preservar o regime monárquico constitucional.

*menor*, como assim era chamado, passava a servir no quadro do corpo geral do Marinha do Brasil.

Art. 5.º Além das Companhias mencionadas no Artigo antecedente, haverá outra de Aprendizes Marinheiros, que poderá ser elevada até ao número de 200 menores da idade de 10 até 17 annos, findos os quaes participarão a vencer tempo de serviço. (MARINHA, 1840, p. 2)

A ideia de abertura da referida Companhia, vem seguida por um projeto um tanto audacioso por parte do Ministério da Marinha. Entendendo a necessidade de se obter o mais breve possível um contingente satisfatório de alunos, a Marinha entrega, também, a seguinte proposta:

Art. 6.º O Governo fica desde já autorizado a dar huma gratificação de 12U000 réis, aos Pais ou Tutores, que voluntariamente apresentarem os menores para serem admittidos nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, e mais um terço de soldo, deduzido do que houverem de vencer os mesmos menores até a idade de 17 annos. São preferidos os filhos dos Artífices, Officines de Apito, Marinheiros, Inferiores ou Soldados de Artilharia da Marinha, e de quaesquer outros individuos Empregados dos Arsenaes Militares do Império. (MARINHA, 1840, p. 2-3)

Não deixa de ser interessante notar aqui, quais eram as pretensões da Marinha. A princípio, a ideia era recrutar, preferencialmente, aqueles *menores* cujo os pais ou tutores já desempenhassem algum tipo de trabalho Militar. Talvez pela proximidade que esses *menores* tinham com os serviços militares, devido a ligação de seus pais ou tutores com as forças armadas ou até mesmo pela facilidade de incorporar os filhos destes "servidores", devido à sua proximidade com o militarismo.

Ainda sobre o arregimento dos menores,

Para esse recrutamento era ainda oferecido aos pais um prêmio de "cem mil reis" para que matriculassem seus filhos como voluntários. Dessa maneira alguns pais forros ou negros viam nas Companhias uma das poucas possibilidades de ascensão social e aprendizado destinado a infância pobre. (VENANCIO 2010, p. 200 apud SILVA E ALBUQUERQUE, 2014, p. 3).

Para alcançar o número de menores necessários de forma satisfatória, a Marinha buscava convencer aos pais e tutores de que a instituição poderia ofertar o melhor no que se refere a segurança, educação e garantia de um futuro a esses menores. Outro método utilizado foi recorrer aos chamados *juizes de órfãos*<sup>2</sup> bem como aos delegados das províncias, no intuito de recolher das ruas aqueles menores que pudessem oferecer "perigo" à sociedade, como descreve Silva (2006, p.10),

---

<sup>2</sup>Azevedo (2007): Quando uma criança era órfã de pai, ou este, por um motivo qualquer, era considerado ausente, o juiz de órfãos nomeava um tutor para cuidar dela, caso não houvesse algum nome indicado em testamento. Isso em geral acontecia mesmo se o menor vivesse com sua mãe, pois esta era quase sempre impedida de assumir a responsabilidade jurídica de seus filhos. O tutor escolhido pelo juiz seria responsável não só pela integridade física da criança ou do adolescente, mas também pela gerência de seus bens. Por isso, de tempos em tempos, devia prestar contas da administração do patrimônio do menor. Se o juiz desconfiasse de alguma irregularidade, poderia destituir o tutor e nomear um substituto.

Mesmo sem ter uma preocupação assistencialista, ao tirar os menores da rua, a Companhia atendia a uma preocupação da elite da época, a quem a ociosidade, o vício e a vagabundagem eram vistas como um problema moral que atrasava o país. Ao atender a infância desvalida, a Companhia reunia no seu interior interesses recíprocos, satisfazer aos intuitos de sua criação e atender às preocupações da elite da época.

Como esse método de recrutamento se constituía em um processo voluntário, a Marinha entendia que essas pessoas que se dispunham ao trabalho no mar traziam consigo uma carga de "vícios". No entanto, acompanhado do processo educativo, esses menores passavam a serem aptos, de forma satisfatória, a exercer serviço na armada, "affeita de longa data, á vida e aos serviços do mar", ou seja, esse menores, que passavam pelas Companhias de Aprendizes Marinheiro, estavam sendo educados, construídos, elaborados, **docilizados**, para o trabalho militar na Marinha do Brasil. (MARINHA, 1870, p. 15)

Esse ideário de soldado, que agora a partir das Companhias de Aprendizes Marinheiros começariam a ser constituídos, foi descrita por Foucault (2009, p. 117) como,

[...] alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas - essencialmente lutando - as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra

Os conceitos práticos, ou seja, a aplicação, dessa educação para o desenvolvimento das habilidade que se espera de um bom soldado serão apontadas mais a frente. Outra ponto importante que podemos citar aqui é o fato de que a Marinha estava disposta, através de seu novo sistema educativo, moldar os seus *menores*, pois "o soldado tornou-se algo que se fabrica: de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa", que neste caso, ainda passaria pelo processo de *fabricação*. (Foucault, 2009, p. 117)

### **O Rio Grande do Norte e a *Companhia de Aprendizes Marinheiros* com três décadas de atraso**

As Companhias de Aprendizes Marinheiros foram instaladas nas Províncias costeiras do Império, e algumas acabaram sendo levadas às regiões estratégicas de fronteiras, como é o caso da *Companhia de Aprendizes Marinheiros* do Mato Grosso por exemplo e podemos ver na pesquisa de Silva e Albuquerque (2014, p. 3), que apontam que,

A preocupação com a fronteira é evidenciada em documentos oficiais do ministério dos negócios da Marinha, em que é mostrada a necessidade de se criar um Arsenal de marinha em algum ponto do Rio Paraguai, "com fim de defesa do Forte Coimbra, da navegação do litoral do Paraguai dentro de nossos limites". (Aviso Imperial, 1957).

No entanto, a *Companhia de Aprendizes Marinheiros* do estado do Rio Grande do Norte, objeto de estudo deste trabalho, só seria implementada 3 décadas após a apresentação da proposta de implementação que fora citada anteriormente, ou seja, na década de 1870.

Desde que fora criada no ano de 1840 e segundo os relatórios da Marinha do Brasil, as *Companhia de Aprendizes Marinheiros* tem sido: "o viveiro do corpo de imperiaes marinheiros, que substituem com vantagem a maruja recrutada, e o asylo e escola da infancia desvalida". (MARINHA, 1870, p.15)

Neste sentido, na tentativa da Marinha de perpetuação de seu plano articulado de crescimento de pessoal da armada, através do decreto nº 5181 de 16 de dezembro de 1872, cria na Província do Rio Grande do Norte uma *Companhia de Aprendizes Marinheiro*. No entanto vale ressaltar aqui que, embora seu ato de criação date do ano de 1872 a *Companhia de Aprendizes Marinheiros* do RN só é estabelecida de fato no ano posterior, como pudemos constatar nos Relatórios de Presidente de Província do estado.

Tendo sido creada nesta provincia, por decreto nº 5181 de 16 de Dezembro do anno passado, uma companhia de aprendizes marinheiros, não poude ser ainda installada por falta do necessário pessoal. (RPP, 1873, p. 24)

O "atraso" para a criação da *Companhia de Aprendizes Marinheiros* no estado do RN não é estabelecido em nenhum documento lido até este estágio da pesquisa. A única certeza que temos até o presente momento é de que, embora a Marinha já houvesse criado 14 *Companhia de Aprendizes Marinheiros* por todo o Brasil, como veremos na imagem a seguir, os documentos oficiais somente apontam como causa e efeito da inauguração da *Companhia de Aprendizes Marinheiros* do estado do RN no ano de 1872, a falta de pessoal.

Quadro das *Companhia de Aprendizes Marinheiros* no país entre os anos de 1871-1873

PROVINCIAS	INSTITUIDAS EM	EFECTIVO	FALTAM	COMPLETO	1871—1873	
					ANALPHABETOS	
Côrta.....	27 de Agosto de 1840....	133	57	200	.....	35
S. Paulo.....	20 de Fevereiro de 1868...	39	161	200		
Paraná.....	26 de Novembro de 1841...	43	57	100	1	
Santa Catharina.....	24 de Outubro de 1837....	70	130	200	12	
Rio Grande do Sul.....	12 de Janeiro de 1861....	46	54	100		
Espirito Santo.....	8 de Fevereiro de 1862....	51	149	200	7	
Bahia.....	27 de Janeiro de 1855....	193	37	200	3	22
Sergipe.....	20 de Fevereiro de 1868....	87	113	200	14	
Pernambuco.....	21 de Outubro de 1857....	80	120	200	16	1
Parahyba.....	17 de Janeiro de 1871....	20	180	200		
Ceará.....	26 de Outubro de 1864....	65	135	200	5	9
Maranhão.....	13 de Janeiro de 1861....	78	32	100	7	2
Pará.....	5 de Janeiro de 1855....	33	167	200	4	2
Amazonas.....	17 de Janeiro de 1871....	29	171	201		
		917	1.563	2.500	69	71

(MARINHA, 1872, p. 17)

Como podemos observar na tabela acima, a Marinha estipulava um contingente máximo de vagas para cada *Companhia de Aprendizes Marinheiros*. Embora a ideia de uma instituição educativa, mantida pelo poder público e que de certa maneira auxiliaria na

formação do corpo da Marinha e no projeto de construção de um estado/nação, como fora apontado anteriormente, as *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* sempre apresentavam, mesmo 3 décadas depois, uma demanda muito baixa de "alunos", realidade esta que não será muito distante da *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* do RN.

A abertura oficial da Companhia de Aprendizizes Marinheiro no Rio Grande do Norte dar-se-á no dia 12 de agosto de 1873, que segundo os Relatórios de Presidente de Província,

Conta actualmente 76 menores, dos quais 57 foram apresentados pelo ex-chefe de polícia, Dr. Antonio Corrêa da Silva, a quem devo reconhecer mais este serviço prestado a província. Apesar da excellencia desta instituição, onde os pais e tutores encontram um asylo seguro para os seus filhos e tutelados tem havido difficuldade em completar o número necessário á formação da companhia. (RPP, 1874, p. 39)

Esta fala foi proferida pelo dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, Presidente da Província do Rio Grande do Norte à Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 13 de julho de 1874. Mais à frente em sua fala, ainda aponta para "outras companhias mais antigas e em provincias mais populosas, em que persiste a mesma difficuldade e que não poderam se quer attingir ao numero de menores que obteve esta em menos de um ano". (RPP, 1874, p. 39)

Até aquele momento o juiz de órfão da província havia remetido apenas um menor à *Companhia de Aprendizizes Marinheiros*, embora houvesse uma demonstração de *interesse e preocupação* para com a quantidade de "menores em desamparo, entregues a ociosidade e sem receberem educação, os quais mais tardes vêm a ser cidadãos inuteis e muitas vezes perigosos á sociedade". (RPP, 1874. p. 39)

Na tentativa de fortalecer o crescimento massivo do seu corpo de marujos e contribuindo para "controle efetivo", via-se,

[...] uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo - ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (Foucault, 2009, p. 117)

É justamente esse vislumbre que veremos mais a frente, quando tratarmos do crescimento da *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte, onde diversos *menores* eram enviados às Companhias de Imperiais Marinheiros, na Côte, por já terem atingindo ao nível de maturidade, dedicação e desempenho físicos necessários ao trabalho militar naquela Companhia.

Essas atribuições, de serem enviados à Corte, eram conferidas a esses jovens tão somente devido ao alto nível de disciplina que acompanhava suas rotinas, como apontam os relatórios afirmando que "É satisfatório o estado de disciplina da companhia, cujas fainas são

regularmente executadas e conformes a tabella em vigor" ou quando aponta que "A boa disciplina que se nota na companhia e que assegura a subordinação e manutenção da ordem, é devida a perfeita direcção que em todos os seus atos imprime o digno official que a commanda". (RPP, 1875, p. 38; RPP, 1877, p. 24)

Como fora citado anteriormente, assim que os esses *menores* atingssem a idade para saída da *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* aos 17 anos de idade, esses jovens passavam a servir no corpo de Imperiais Marinheiros. Apesar de seu pouco tempo de serviços prestados, a *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* da província do Rio Grande do Norte no ano de 1875 já havia preparado diversos jovens para este fim, como podemos ver a seguir:

Em virtude de requisição do capitão do porto, fiz embarcar para a corte á disposição do Exm. Sr. ministro da marinha, 20 menores dessa companhia, os quaes pela sua idade e desenvolvimento physico estavam no caso de recolherem ao quartel do corpo de imperiaes marinheiros. (RPP, 1875, p. 12)

Fica claro o quão importante foram os esforços para a manutenção da *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* na província. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, podemos situar a instituição do Rio Grande do Norte, como uma *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* que conseguiu alcançar os objetivos a que se destinava.

### **Administração da *Companhia de Aprendizizes Marinheiros***

No que se refere a administração da *Companhia de Aprendizizes Marinheiros*, em geral eram designados os Capitães Mor do Porto em que estava instalada a Companhia. No RN em seu primeiro ano de funcionamento, a *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* ficou a cargo do 1º tente Pedro David Durocher e apenas no início de 1874 o comando é passado às mãos do Capitão do Porto da província.

### **Funcionamento**

A Companhia apesar de estar localizada próxima ao Porto da província, funcionava em uma casa à parte que fora alugada pela Capitania do Porto. De acordo com os documentos oficiais, a casa deveria passar por "melhoramentos indispensaveis ao alojamento dos menores e á boa regularidade do serviço". (RPP, 1874, p. 40)

No ano de 1874, a Marinha faz pedido à Tesouraria da Fazenda para a aquisição do prédio pelo valor de 10:000\$000. A compra é efetuada no ano seguinte, 1875. Após esse período são realizadas diversas obras de melhorias nos alojamentos dos *menores*.

Nos documentos oficiais encontramos diversos pedidos de melhorias para as instalações dos menores. Sempre são postas como sendo importantíssimas para adequar o lugar, da melhor maneira possível, para a estadia dos recrutas, como podemos observar em



relatório de 1878 onde apresenta as diversas características do prédio, dentre elas a presença de muros e poço de água potável.

É interessante notar aqui a proximidade dessas características apontadas pelo relatório com aquelas que Foucault (2009, p. 122) apresenta:

é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas.

Nesta análise, Foucault aponta para ideias alicerçadas na primeira metade do séc. XVIII, no entanto são essas ideias que vão amadurecendo e sendo adotadas e aperfeiçoadas para serem usadas em qualquer tipo de ambiente. No caso da Companhia de Aprendizes Marinheiro, por exemplo, podemos encaixá-la não somente como parte das forças armadas – neste caso da Marinha do Brasil – mas também como instituição de ensino em formato de internato.

Neste sentido, os pensamentos de Foucault (2009, p. 122) também podem ser aplicados quando ele aponta para "o modelo de convento" que "se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito".

Ora, o que eram as Companhias de Aprendizes Marinheiros senão um internato? O que eram os conventos senão lugares murados onde as alunas viviam em regime de internato? O que são as *Companhia de Aprendizes Marinheiros* senão uma espécie de quartel onde os *menores* estavam sendo preparados para a *vida no mar*, a bordo de navios, servindo à Marinha do Brasil?

A premissa de organização educativa/preparativa/militar era tão presente que houve à época de abertura da Companhia, um pedido realizado ao governo imperial para a aquisição de "um navio-escola para o exercício dos aprendizes marinheiros". (RPP, 1874, p. 40)

### **Crescimento exponencial da *Companhia de Aprendizes Marinheiros***

No ano de 1874 a Companhia do Rio Grande do Norte já contava com 92 membros, dos quais 3 haviam sido solicitados da Companhia da província do Ceará, "a fim de ensinarem a tambor e pífano a alguns desta.". (RPP, 1875, p. 38)

Ao todo, até este momento, já haviam sido alistados/recrutados para esta *Companhia de Aprendizes Marinheiros* 107 menores. Para a continuação do projeto, circulares eram emitidas aos juízes de Órfãos com o intuito de realizar ainda mais recrutamentos, como podemos na transcrição a seguir:

[...] expedi circular com data de 16 de Fevereiro [...] declarando-lhes ser reconhecido o estado desgraçado em que se achão em geral os orphãos pobre e miseraveis, que pelo abandono em que vivem, tornão-se viciosos e concorrem ao depois para argumentar a nossa estatistica criminal. (RPP, 1875, p. 39)

Os documentos oficiais tentam sempre pôr em ênfase as qualidades da Marinha e seu sistema educativo através da *Companhia de Aprendizizes Marinheiros*. Outra característica muito presente nesses documentos é o apontamento feito com intuito de predizer sobre o futuro desses *menores*, indicando as possíveis estatísticas de transformação dessas crianças e jovens em bandidos/ladrões.

A Marinha acreditava que seu sistema educativo poderia transformar a vida dessas pessoas, convertendo-os em homens do mar, cuja a "sua educação pôdem vir a ser cidadãos uteis a si e ao Paiz". (RPP, 1875, p. 39)

No ano de 1877 a *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* já comportava o número de 130 aprendizes e já havia encaminhado à Corte, para serviço na Companhia de Imperiais Marinheiros 50 *menores*.

O quadro a seguir identifica as mudanças que aconteceram no número de menores entre os anos 1873-1877.

**MAPPA** estatístico da Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Rio Grande do Norte, creada por decreto de 16 de dezembro de 1872, e installada em 12 de agosto de 1873.

ANOS	Para mais					TOTAL	Para menos					TOTAL	Diferença		
	Beneficiados por diversas autoridades	Aprendizes de menores	Capturados de ausência	Contratados com premio	Voluntarios sem premio		Porque baixa por inspeção	Idem por diversos motivos	Beneficiados para o corpo	Abandonouse	Falleceram		TOTAL	Para mais	Para menos
1873	40	-	-	20	-	60	1	-	-	-	1	60	1	59	
1874	13	-	-	23	5	41	-	-	13	1	1	15	41	15	85
1875	5	-	4	5	5	19	-	-	22	1	-	23	19	23	81
1876	3	-	-	11	-	14	-	1	18	-	1	20	14	20	75
1877	1	-	-	9	-	10	1	-	-	-	-	1	1	1	84

(RPP, 1877, p. 24)

Observando o quadro acima podemos concluir que a *Companhia de Aprendizizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte, apesar de não trabalhar com a quantidade máxima de *menores* acabou desempenhando seu papel, uma vez que as maiores baixas entre 1874-1876, deu-se pelo motivo de transferência dos recruta para o Corpo de Imperiais Marinheiros.

### **Estrutura da Companhia de Aprendizizes Marinheiros**

Segundo os documentos oficiais, o prédio possuía "7 pequenos compartimentos, que não basta para accomodar o material e pessoal nelle aquartellado", e que em um desses

cômodos funcionava a escola de 1ª letras, que por se tratar de uma instituição educativa e que funcionava como uma espécie de internato, era imprescindível que a mesma existisse haja vista a Lei de 15 de outubro de 1827<sup>3</sup>.

A escola é dividida em 4 classes "sob os cuidados do Reverendo Vigário desta freguesia José Hermínio da Silva Borges", que mesmo exonerado de seu posto se ofereceu para continuar desempenhando a função de forma gratuita. (RPP, 1879, p. 39)

Além da escola a Companhia já contava também com aparelhos para exercícios, carabinas para prática de tiros entre outros armamentos e objetos de treino - alguns em processo de construção/aquisição.

Dentro deste contexto de escola de 1ª letras que serão inseridos também um pensamento do início do séc. e que fora usado pela *Companhia de Aprendizes Marinheiros*. Pensamento esse que aponta para, "o mecanismo da escola mútua" que "se construirá uma engrenagem depois da outra" confiando "aos alunos mais velhos tarefas [...], de ensino". (FOUCAULT, 2009, P. 140)

Podemos ver a aplicação do princípio acima quando no ano de 1874 a *Companhia de Aprendizes Marinheiros* fez a petição de 3 outros alunos oriundos da Companhia da província do Ceará para ensinar aos recém chegados à Companhia.

## **Conclusão**

Em poucas palavras podemos afirmar que durante a primeira década de funcionamento no Estado do Rio Grande do Norte, apesar do atraso de 30 anos para sua implementação na província, a Companhia de Aprendizes Marinheiro acabou desempenhando um papel fundamental na e para a sociedade do RN.

Constituiu-se como instituição pública em regime de internato, educativa, que apregoava a ideia de "futuro promissor" de carreira no serviço militar da Marinha do Brasil. Claro que podemos e devemos colocar aqui o verdadeiro ideário de implementação das Companhias no país.

No entanto, vale salientar que embora tenha sido acompanhada de uma ideologia de classe extremamente dominante em sua constituição, as Companhias acabaram sendo até certo ponto um parêntese positivo no que se refere por exemplo a alfabetização.

Este trabalho é apenas um pequeno esboço de um estudo que ainda pode apresentar diversos resultados. Não temos neste momento como apontá-los, mas sabemos que nem tudo veio carregado de pontos positivos. Entendemos que de muito tempo os castigos físicos

---

<sup>3</sup>Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso: ago.2017.

praticados dentro das forças armadas eram a maneira encontrada de adestrar o indivíduo às regras/ordens impostas.

Esse tratamento altamente *behaviorista* nada mais é se não a evolução dos processos de docilização de corpos, citados e estudados por Michel Foucault. Foi possível através das leituras do ferido autor encontrar ligações/conexões com a forma de punição e adestramento dos corpos que foram aplicados/executados dentro da Companhia de Aprendizes Marinheiro do Rio Grande do Norte.

Sendo assim, reafirmamos mais uma vez que este pequeno “ensaio?” se desdobrará em outros estudos mais aprofundados sobre a temática.

### Referências

AZEVEDO, G. C. *Os Juízes de Órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX*. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia01/>>. Acesso em: ago.2017.

CABRAL, D. *Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834*. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=5672>>. Acesso em: jul.2017.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Ministerial Reports (1821-1960): Marinha*. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: mai.2017.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Provincial Presidential Reports (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: mai.2017.

FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NAS PRISÕES*. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Cap. 1. p. 117-142.

SANTOS, W. L. B. DOS. O Corpo de Imperiais Marinheiros e a Companhia de Aprendizes Marinheiros: caminhos para consolidação e formação administrativa do Império na construção do Estado Nacional, uma proposta analítica. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal/RN. *Anais...* Brasil: AMPUH, 2013.

SILVA, L. D. DA; ALBUQUERQUE, D. C. S. H. Companhia de Aprendizes Marinheiro em Mato Grosso: educação para o trabalho. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 2014, Jataí. *Anais...* Goiás: UFG, 2014.

SILVA, R. M. DE C. Do Suprimento Humano para a Marinhas de Guerra Nacional à Escola para a Infância Pobre: Interesses Recíprocos no Surgimento da Companhia de Aprendizes Marinheiro do Piauí. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. *Anais...* Minas Gerais: COLUBHE06, 2006.